



Anais da Assembléia

N.º 60

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1985

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja concedido regime de urgência à votação do Projeto de Lei n.º 296/84.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, vem à presença de Vossa Excelência REQUERER, após ouvido o soberano Plenário, que passem a tramitar, em Regime de Urgência, os Projetos de Lei n.ºs 78/85 e 87/85, de sua autoria, os quais solicitam, respectivamente, a Declaração de utilidade pública da Associação das Senhoras de Rotarianos de Moreira Sales, e da Associação Curitibana de Proteção à Maternidade e à Infância.

Deve-se a presente solicitação, ao fato destas duas entidades, cada uma na sua área de abrangência, desenvolverem importantes atividades filantrópicas, nas quais se inclui o atendimento e assistência às populações carentes. A saúde da nossa população é um assunto da maior seriedade ao qual nossas atenções deverão ser dirigidas, como base primordial de uma sociedade progressista. Portanto, o importante trabalho destas duas entidades, deve, o mais rapidamente possível ser patrocinado através da urgente tramitação destes planos de lei.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 110/85, constante da Ordem do Dia, marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a Consignação na ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor VASCO RASTEIRO COIMBRA, ocorrido em data de hoje, nesta Capital.

O extinto era alto funcionário da SLAVIERO da cidade de Irati, que com o seu passamento consternou aquela comunidade onde gozava da mais ampla amizade.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada, na cidade de Irati.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Clementino Schiavon Puppi, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, ocorrido no último dia 18 de maio, em Campo Largo, neste Estado.

Foi com muita consternação que recebemos a notícia do passamento desta eminente figura de nossa magistratura. De tradicional família de Campo Largo. O Desembargador Clementino Puppi deixa-nos aos 65 anos, 32 dos quais dedicados ao Poder Judiciário, sendo que desde 1979 integrava a mais alta corte de Justiça do Estado.

Registro especial faço em nome de Jandaia do Sul onde Dr. Clementino assumiu como primeiro Magistrado daquela Comarca, tendo marcado sua passagem pela seriedade e competência.

Possuidor de elevado conceito junto aos meios forenses e jurídicos do Paraná, o extinto dedicava-se à literatura, tendo publicado a novela "Juliana", a peça teatral "Janela Demais" e "Cartas a Ernani Reichmann".

Deixa viúva a Senhora Maria Küster Puppi e os filhos Vergínia, Maria da Piedade, João Domingos, Rogério Francisco e Letícia.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente Desembargador Clementino Schiavon Puppi, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, e que se dê ciência deste, acompanhado das condolências do Poder Legislativo, à família do extinto na pessoa da Excelentíssima viúva Senhora Maria Küster Puppi.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

Como parte deste requerimento transcrevemos o necrológio publicado na edição de 19 de junho na "Gazeta do Povo": "Clementino Schiavon Puppi, de tradicional família de Campo Largo, falece aos 65 anos de idade, tendo dado de sua existência 32 anos à magistratura paranaense, dos quais 6 como componente da mais alta corte de justiça estadual.

Filho do casal Luiz Puppi Filho e dona Vitória Schiavon Puppi, Clementino deixa viúva a Senhora Maria Küster Puppi e os filhos Vergínia, Maria da Piedade, João Domingos, Rogério Francisco e Letícia. Natural de Campo Largo, onde nasceu em 26 de novem-

bro de 1919, Clementino Puppi colou grau em Direito pela Universidade Federal do Paraná, em 1945. Oito anos após, ingressava na magistratura como Juiz de Direito Substituto da Comarca de Londrina. Em 1954, era promovido ao cargo de Juiz de Direito de 1ª Estância da Comarca de Santo Antônio da Platina e logo após para 2ª Entrância da Comarca de Jandaia do Sul. Em 1957, exerceu a judicatura em Clevelândia e Prudentópolis. Transferido para Ponta Grossa em 1966, um ano depois era removido para Curitiba e na Comarca da Capital foi Juiz da Vara de Família, Casamentos e Registros Públicos e da 17ª Vara Cível, até sua remoção para o cargo de Juiz de Direito Substituto da 2ª Instância no Tribunal de Justiça.

Em 1977, foi nomeado para o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada onde integrou a Comissão de Jurisprudência. Dois anos após era nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça e atualmente integrava a 3ª Câmara Cível e a Comissão de Revista de Jurisprudência, tendo, também, sido membro das Comissões de Organização e Divisão Judiciárias e de Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Integrante do Tribunal Regional Eleitoral, era seu Presidente desde junho de 1984. Seu mandato terminaria no próximo dia 29. Clementino Puppi era dedicado às letras, tendo publicado a novela Juliana e a peça teatral Janela Demais e Cartas a Ernani Reichmann."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Dulce Martins do Nascimento, viúva do ex-Deputado Estevão Ribeiro do Nascimento, ocorrido no dia 19 do corrente, e que se dê ciência, juntamente com as condolências deste Legislativo, à família da extinta, na pessoa do filho Dirceu Nascimento e o Sr. Tamim Domit.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação na ata da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora JOSEPHINA DE CONTO GABARDO, ocorrido nesta Capital.

A Senhora Josephina De Conto Gabardo, mais conhecida por "Pina" faleceu com idade de 99 anos, deixou uma grande prole e era fervorosa torcedora do glorioso Atlético Paranaense e com seu passamento deixa uma lacuna irreparável entre os seus familiares e aqueles que a conheciam.

Solicito, uma vez aprovado o presente, que se dê ciência à família enlutada, nesta cidade de Curitiba.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, a Consignação na ata da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora JOSEPHINA DE CONTO GABARDO, ocorrido nesta Capital.

A Senhora Josephina De Conto Gabardo, mais conhecida por "Pina" faleceu com idade de 99 anos, deixou uma grande prole e era fervorosa torcedora do glorioso Atlético Paranaense e com seu passamento deixa uma lacuna irreparável entre os seus familiares e aqueles que conheciam.

Solicito, uma vez aprovado o presente que se dê ciência à família enlutada, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações ao radialista Benedito Claudio de Oliveira pelo programa "Pinga Fogo" - que vem apresentando diariamente através da Rádio de Jandaia do Sul.

Tal programação de utilidade pública, vem alcançando excelente audiência da população de Jandaia do Sul e adjacências, se tornando veículo de informação das mais atualizadas dentro de um radialismo sadio voltado exclusivamente ao interesse do povo de nossa terra na voz desse grande radialista Benedito Claudio de Oliveira.

A importância do programa "Pinga Fogo", foi amplamente delineada através da reportagem apresentada pelo jornal "Folha de Londrina", edição de 16 do corrente, que demonstra a importância daquela programação no Vale do Ivai.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à direção da Rádio Cidade de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata desta sessão, voto de congratulações ao povo de São Jorge do Patrocínio pelo transcurso do 4.º aniversário de sua emancipação.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Há quatro anos nascia um município paranaense: São Jorge do Patrocínio.

Era a concretização de um ideal acalentado por um povo trabalhador e bom que desejava autonomia político-administrativa com vistas a mais célere desenvolvimento.

Naquela fase reivindicatória de emancipação muitos se destacaram por sua operosidade. Dentre estes, o Padre Ernesto do Nascimento Pereira, tomou importantes medidas para o sucesso do empreendimento.

Hoje, São Jorge do Patrocínio, com seu uso radical

do solo, sua creche e posto de saúde e bonita praça construída pela União dos sanjorgenses, se constitui em um exemplo de fé e de competência.

O Prefeito Aparecido Falleiro de Souza e o Vice-Prefeito Vantruir Monteiro, consagrados pela maioria absoluta dos eleitores, foram escolhidos candidatos em democrato plebiscito. E a administração municipal muito bem acompanhada por uma Câmara de Vereadores responsável e dedicada, se notabiliza pela eficiência no encaminhamento dos assuntos públicos.

Como autor do projeto de criação do Município de São Jorge do Patrocínio sinto-me gratificado em ver a confirmação de que o mesmo realmente foi conveniente e oportuno. E creio que esta Casa comunga desta opinião.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O aumento que o Presidente da República, José Sarney, decretou nas prestações dos mutuários do Banco Nacional da Habitação, foi o mais violento da história do Brasil, suplantando, em muito, os índices de inflação e dos salários.

José Sarney, possuidor de incalculável fortuna, que antes mesmo de ser Presidente, só se hospedava na suíte presidencial do Hotel Glória, no Rio, onde o pernoite de um dia custa acima de quatro milhões, transformou-se no inimigo público número um dos quase três milhões de mutuários, sepultando a esperança que depositava no Governo da Nova República.

Aliás, os maiores jornais do mundo, quando analisam o perfil de José Sarney, não reconhecem nele capacidade para o alto cargo que está exercendo em decorrência da fatalidade que tirou a vida de Tancredo Neves. A maioria dos editorialistas afirma que tal problema poderá por em risco a fase de transição que atravessa o Brasil.

José Sarney não está tendo voz ativa sequer com seus Ministros, que estão brigando entre si, divergências que já viraram rotina.

O Brasil está parado, a inflação continua crescendo, tendo o Ministro Dornelles previsto uma taxa anual de 200 por cento. O desemprego continua.

Incalculável número de brasileiros não terá condições de arcar com o pesado ônus do BNH, sendo provável que milhares deles abandonarão os imóveis ou irão transferi-los para terceiros. A imprensa já admite que mais de um milhão de mutuários recorrerão à justiça contra os índices decretados em suas prestações.

Tão logo a notícia do aumento foi divulgada, o desespero tomou conta da maioria dos mutuários.

O Presidente José Sarney tomou uma decisão desumana, que, provavelmente, agradou em cheio aos banqueiros, deixando de atender os dramáticos apelos das associações de mutuários, que pediam um reajuste mais suave e cristão.

Diante da comprovada incompetência e insensibilidade do Presidente José Sarney, REQUEIRO à Presidência desta Assembléia Legislativa, após ouvido o Plenário, sejam endereçados expedientes ao Presidente do Senado Federal e ao Presidente da Câmara dos Deputados, bem como a os Senadores e Deputados que representam o Paraná, em Brasília, pedindo que seja decretada o IMPEDIMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DOUTOR JOSÉ SARNEY. O afastamento imediato do Presidente da República é

necessário para evitar que o Brasil mergulhe num abismo ainda maior, assumindo em seu lugar o Presidente da Câmara, Sr. Deputado Ulysses Guimarães, que, certamente, terá maior respeito aos quase três milhões de mutuários do BNH e aos brasileiros, de um modo geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de que, mediante disponibilidade de recursos, determine a construção de uma cadeia para a localidade de Jaracatiá, pertencente à municipalidade de Goioerê.

Jaracatiá, atualmente, não dispõe de proteção policial. Por mais que se tente dizer, aquela progressista localidade está desprovida de segurança, de um modo em geral.

As reclamações têm sido muitas por parte da população. Grande parte das queixas tem chegado nos contatos feitos junto ao Excelentíssimo Sr. George Gonçalves Paiva. Na qualidade de Vereador da Câmara de Goioerê, aquela pessoa tem sentido de perto as preocupações com relação ao assunto.

A adoção de medidas de faz necessária o mais breve possível. E a solução apontada é a construção da cadeia pública de Jacaratiá. Pois só assim, através também de um bom efetivo policial e equipamento será possível garantir e manter a ordem pública e a segurança de cada indivíduo.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo o envio de recursos financeiros para a construção de um ginásio de esportes na municipalidade de Engenheiro Beltrão.

É por demais sabido que, em que pese todos os esforços do Governo Estadual na contenção para posterior melhor aplicação dos recursos, a dotação orçamentária, distribuída através das Secretarias, tem sido insuficiente. A Secretaria da Cultura e do Esporte não foge deste contexto. Há falta de recursos para viabilizar muitos projetos.

Faz-se necessário, entretanto, a elaboração de uma política que seja capaz de estabelecer prioridades visando atender as muitas regiões do Paraná.

Dentro de tal preocupação, propiciar o surgimento de locais para o desenvolvimento da prática do esporte de um modo geral, é fator e tarefa das mais importantes.

Muitas são as regiões que atualmente não dispõem de um local apropriado que seja palco das grandes realizações esportivas. Engenheiro Beltrão, município com uma população que ultrapassa quinze mil habitantes, na maioria jovens, não conta com uma quadra poliesportiva. Os esforços e preocupações parte das lideranças do esporte, como do Ilustríssimo Sr. Antônio Louzano (Diretor de Esportes da Prefeitura), dos integrantes do Poder Legislativo e do

Curitiba, quinta, em 20.06.85

Excelentíssimo Sr. Prefeito Anésio Rosa, tem sido muitos.

Porém, nada de concreto foi possível obter, restando tão somente idéias e aspirações que não se materializaram.

Somente com a participação dessa Pasta, considerando a pretendida obra prioritária como ação a ser executada, será possível a construção de um ginásio de esporte em Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, objetivando a construção de quatro novas salas de aula para a Escola Estadual Antônio Teodoro de Oliveira, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

Situada no Jardim Paulino, aquele conceituado estabelecimento de ensino atende, além do referido conjunto habitacional, outros bairros, especialmente o Lar Paraná. Possui, atualmente, cerca de 450 alunos regularmente matriculados na primeira à oitava séries.

Justamente por estar localizado numa área que contém um significativo número de moradores, a Escola Antônio Teodoro de Oliveira precisa ampliar o número de salas de aula. Já que, desta maneira, será possível atender a um número maior de estudantes, muitos destes freqüentando educandários distantes de suas residências ou mesmo crianças que ficaram sem matrículas, exatamente pela ausência de vagas.

Ademais, tal constatação é feita pela própria comunidade que, em reunião realizada recentemente, tomaram a posição de que, somente com a edificação de quatro novas salas de aula, será possível resolver aquele problema, acomodando melhor os atuais alunos e permitindo o ingresso de muitos outros.

Face ao exposto, cuja reivindicação é das mais importantes, tendo sido a mesma encaminhada pela Ilustríssima Sra. Cidália Guimarães de Araújo, responsável pelo CETAS – Centro de Triagem e Assistência Social, espera-se desta Pasta, um pronunciamento favorável.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na construção de uma quadra de esportes na localidade de Monte Azul, pertencente à municipalidade de Barbosa Ferraz.

A localidade de Monte Azul, nos dias de hoje, concentra um expressivo número de moradores. Deste, boa

parte é jovem. Esta mesma juventude, no que diz respeito ao esporte, está desprovida de um local público onde possa por em prática as várias modalidades existentes.

Baseando na proposta do Ilustríssimo Sr. Jair Cândido de Almeida, a construção de uma quadra de esportes se faz necessária. Mas, para tanto, a participação dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte é algo imprescindível, sendo possível através da liberação de recursos financeiros que permita a execução da referida obra.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, o envio de uma viatura devidamente equipada para a delegacia de polícia localizada na municipalidade de Boa Esperança.

Há muito tempo que aquele organismo de segurança vem reclamando da falta de melhores condições de operacionalidade. Dentre as dificuldades enfrentadas, sem dúvida alguma, a maior diz respeito à locomoção dos responsáveis da referida delegacia. Pois, atualmente, não se possui uma viatura devidamente equipada.

Neste sentido, procurando acolher solicitação do Ilustríssimo Sr. Deraldino José Bispo, Delegado daquela cidade, espera-se que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública determine, o mais breve possível, o envio da mencionada viatura policial.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes visando a recuperação de várias estradas existentes na Municipalidade de Terra Boa.

São quinze as estradas que precisam, urgentemente, serem recuperadas. Estas mesmas vias totalizam 78 quilômetros. Por tratar-se de considerada extensão a ser melhorada, a Administração Municipal de Terra Boa, Chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura, não dispõe, em seus cofres públicos, recursos capazes de garantirem o atendimento a todo o transporte rodoviário lá existente.

Deste modo, a participação dessa Secretaria do Estado dos Transportes é imprescindível, especialmente porque essa mesma Pasta vem adotando uma política administrativa que, através da recuperação e aquisição de novos equipamentos, tem permitido se fazer mais presente às necessidades do setor, o que se espera com relação ao Município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes visando a imediata recuperação da estrada que serve de ligação do Distrito Administrativo de Arapuã (pertencente ao Município de Janiópolis) até o Município de Boa Esperança.

O referido trecho de estrada apresenta ao longo do seu leito uma série de deficiência que só tem comprometido seriamente a segurança no tráfegar. Nos dias chuvosos muito são os lugares que simplesmente não se pode tráfegar.

Ademais, tal realidade não traz problema somente com relação ao deslocamento de pessoas que trabalham ou possuem propriedade rurais. Justamente por ser uma região onde a agricultura é a base de sustentação (tanto em Janiópolis como em Boa Esperança) o resultado das safras, por muitas vezes, fica inviabilizado.

Conforme documento recebido por este Deputado que abaixo subscreve, que inclusive contém várias assinaturas das quais estão relatadas logo abaixo os seus nomes, é de se esperar dessa Pasta o encaminhamento de medidas que possam resultar na imediata recuperação daquela estrada, pondo fim a um antigo problema.

Ilustríssimos Senhores: Osvaldo Pereira da Silva, João Francisco de Oliveira, Luiz Beletato, José Francisco, Orlando Romagnolo, Gilberto Pedro Vidotti, Henrique Estevam, João Romagnolo, Ivo Carlos Canalli, João Batista de Souza, Jácomo Cioni, David Celoni, Braz Basílio Prizon, José Ribeiro Martins e Antonio de Souza Gomes. Além do apoio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal daquela cidade, Neurides Valber Brero.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no sentido da realização de estudo ~~de~~ objetivando a implantação de um programa de fluoretação junto a rede de água da Municipalidade de Juranda.

Torna-se perfeitamente dispensável realizar qualquer tipo de comentário com relação aos reflexos que passariam a existir quando posto em prática um programa de fluoretação.

No que diz respeito ao Município de Juranda, o referido programa permitirá atender uma reivindicação do setor da própria saúde, assim como do setor público, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Diemes Amadei.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa,

após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido da criação e instalação de um pelotão da polícia militar da Municipalidade de Mamborê.

A presente solicitação é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal daquela cidade, Ivo Brunetta. Este afirma que que a implantação de pelotão da polícia militar em Mamborê visa, sobretudo, dotá-lo de uma verdadeira estrutura a nível de segurança.

Ademais, um pelotão da polícia militar favorecerá não somente Mamborê, mas, também, trará maior segurança e tranquilidade a várias outras cidades da região.

Eis, pois a exposição de motivos. Espera-se, portanto, o encaminhamento necessário a fim de concretizar o que ora está sendo proposto.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER. à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no intuito da realização de estudos visando a transferência da Mariluz do 11.º Batalhão da Polícia Militar (sediado em Campo Mourão) para pertencer ao 7.º Batalhão localizado na Municipalidade de Cruzeiro D'Oeste.

Tal solicitação é fruto de uma manifestação conjunta formulada recentemente pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Joaquim Lopes Gutierrez; pelo Excelentíssimo Senhor Adonias José Dias, Presidente da Câmara Municipal e do Ilustríssimo Senhor Manoel

Neto de Lima, Presidente do Diretório Municipal do PMDB. Estas lideranças políticas, com conhecimento de causa em relação aos problemas e soluções que possuem, justificam da seguinte maneira suas preocupações: a responsabilidade está a cargo do 11.º Batalhão sediado em Campo Mourão. Esta cidade está distante de Mariluz a cerca de 90 quilômetros. Ao passo que Cruzeiro D'Oeste, onde está localizado o 7.º Batalhão, está a apenas 30 quilômetros.

A pretendida mudança tem como questão central possibilitar maior segurança e tranquilidade a Mariluz, com a presença mais efetiva do corpo de policiais.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. João Elísio Ferraz de Campos, Secretário de Estado das Finanças, solicitando seja instalado um aparelho telefônico na Agência de rendas Estadual, no Município de Sarandi.

Tal solicitação vem de encontro ao requerido pelo Nobre Vereador Joel de Souza Moraes, que, considerando que um órgão arrecadador estadual

é consultado dezenas de vezes ao dia, sobre o procedimento para pagamento de taxas e contribuições devidas ao Estado, necessário se faz, portando, que o órgão possua pelo menos um telefone para facilitar aos contribuintes.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) FERRARI JUNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscrive, no uso de suas atribuições, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Interior, Doutor Nelson Miguel Friedrich, solicitando a implantação, através da RADIPAR - Paraná Radiodifusão S/A, de uma estação repetidora de sinais de televisão da Rede Globo para atender a população do Distrito de Ivaté, do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Ivaté é um dos maiores, mais densos em população, mais produtivo e de maior crescimento do Município de Umuarama. Conta com excelente população infanto-juvenil nos bancos escolares, conta com ativo comércio de produtos agrícolas. Sua população luta pela ampliação e melhoria de suas ligações com os maiores centros, através da televisão que deixam muito a desejar aos telespectadores. Procurando obter essa melhoria, os ivateenses contam conosco na implantação de uma torre de repetição dos sinais de televisão da Rede Globo.

REOUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Governador do Estado, para que, com base no que dispõe a Constituição Estadual, esclareça a este Legislativo os seguintes pontos relativos à contratação de empréstimo no valor de US\$ 10.000.000, junto ao Banco Manufactures Hanover Trust Company:

- 1 - Com base em qual autorização legislativa se realiza a operação de empréstimos;
- 2 - A qual empresa, ou empresas, legalmente habilitada, se pagarão as comissões de 0,75 % sobre o valor da operação;
- 3 - Se há autorização das autoridades federais para o pagamento da comissão de 0,75 %.

- 4 - Se a empresa, ou empresas, a quem se efetuará o pagamento é representante no País do banco emprestador.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião do escândalo dos dólares ficou sobejamente demonstrado que o Banco Central autoriza, para as operações de empréstimo externo,

além dos juros convencionais e "Flat Fee", somente despesas legais e gerais e até o limite de 0,1 %, condições essas não observadas pelo então Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, que autorizou pagamentos de comissões de até 9,5 %.

Sempre foi prática no Paraná que nas leis autorizatórias aprovadas neste Legislativo constassem condições para a realização de empréstimos externos, subordinados às normas fixadas pelas autoridades monetárias federais e às exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

O atual Governo estadual abandonou essa prática, deixando ao Executivo o inteiro arbítrio para conduzir, como bem lhe aprouver, essas operações que envolvem volumosas quantias, como no caso presente, quando se dispenderão, para pagamento de comissões, em uma só vez, mais de 400 milhões de cruzeiros.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 118/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica Declarada de utilidade pública, a Associação de Proteção e Assistência "LAR ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ", com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade Pública foi fundada em 1976 e desde sua fundação vem cumprindo com as finalidades propostas em seu estatuto, ou seja, o de zelar pela saúde, bem-estar e necessidade das crianças, distribuindo-lhes remédios, roupas, calçados, agasalhos, etc.

A documentação anexa, comprova sua existência, bem como também preenche todas as exigências da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula as normas para declaração de utilidade pública em nosso Estado.

Isto posto, solicitamos aos nobres Pares com assento nesta Casa, o devido apoio, e sua posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Gubert, inscrito.

O SR. IVAN GUBERT — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê)

"Infelizmente, o que se temia aconteceu.

Anunciado pelo próprio Presidente José Sarney, será de 246,3% o aumento das prestações da casa própria, para aqueles que tem o reajuste anual. Para os que optaram pelo reajuste semestral, a correção atingirá 112%.

Embora todos o temessem por antecipação, forçoso é reconhecer que o anúncio causou grande impacto na opinião pública. Evidenciado ficou, lamentavelmente, que em termos de política habitacional, nada mudou.

Hoje, em todo o País, milhares de mutuários do BNH estão sem saber o que fazer. O pânico é geral.

Preocupação, temor, desalento, angústia e revolta — são sentimentos comuns a todos!

Afinal, o que fazer? Como sair da enrascada em que se meteram? Como continuar pagando uma prestação que não encontra correspondência no seu ganho? Como tazer frente às obrigações outras — de alimentação, saúde, educação, transporte, vestuário e lazer se a prestação lhe consome quase todo o salário?

São essas as indicações que hoje assaltam e deprimem o mutuário. São indicações que ainda permanecem sem resposta, pois impossível se lhe parece equacionar questão de tal maneira embaraçosa.

Se é verdade que o sistema financeiro da habitação seria esfacelado, caso o reajuste não obedecesse aos índices estabelecidos, não é verdade que o mutuário é que acabará num beco sem saída. Conseqüentemente, o reflexo não tardará, recaindo sobre o próprio sistema, uma vez que a inadimplência, já elevada, fatalmente alcançará níveis muito maiores.

A grande verdade é que se chegou a um impasse.

A grande verdade é que o desastre está aí, à vista de todos. Já não se vislumbra qualquer saída, capaz de resolver a dramática situação do mutuário e do sistema financeiro da habitação, a menos que um milagre aconteça.

É forçoso reconhecer que o próprio Governo tem consciência desse fato. Tanto assim que o próprio Presidente Sarney, ao anunciar, ontem, o reajuste, anunciou, também, a formação de uma comissão, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para estudar a reformulação do sistema financeiro da habitação.

Seria essa uma saída? Esperamos que sim.

A realidade, porém, é que o Banco Nacional da Habitação desviou-se inteiramente de seu rumo inicial. Longe de ser solução, passou a constituir um problema.

Por isso, a necessidade, a urgente necessidade de se fazer alguma coisa. Como está, não pode continuar.

Por enquanto, a situação é de desespero e angústia, importa reafirmar.

De nossa parte, ao mesmo tempo em que cobramos do Governo a busca e o encontro de uma solução para o impasse, só nos resta, neste grave momento, manifestar nossa solidariedade a todos os mutuários do sistema financeiro da habitação, inconformados que estamos, também nós, da Frente Liberal, com esse absurdo reajuste de 246,3% na prestação da casa própria".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente e concedo a palavra, por 30 minutos, ao Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Eu, francamente, não me recorro de ter visto ou ouvido falar de debate tão amplo e demorado sobre a realidade nacional, como o que se passou a travar a partir, aí por volta de 1975, quando se iniciou o processo de distensão política no País.

Quanto à Constituição, em tudo o que tenho lido, de todos os debates que tenho assistido, acho que muito pouca coisa tem sido dito de concreto, com precisão.

Se começamos a discutir a necessidade de se alterar a Constituição, é óbvio que alguma coisa precisa ser mudada, que a atual Carta não satisfaz a realidade brasileira, não corresponde aos anseios e expectativas da população, enfim, a Constituição como está, é inadequada ao novo quadro que se foi estabelecendo com a nova dimensão do País.

É preciso mudar, isto parece ser pensamento unânime de quem discute a matéria. Mas mudar o quê, como?

Claro está que quando se pretende mudar alguma coisa é preciso que se conheça essa coisa.

Quantos brasileiros já terão lido a nossa Constituição? A da República. Deve haver uns 80 milhões de brasileiros com mais de 14 anos. A resposta pode ser trágica.

Pois bem, a Constituição começa falando da organização do Brasil como República Federativa. No artigo 1º, faz referência ao fato de o poder emanar do povo e em nome dele ser exercido. A partir do artigo 2º, dedica-se inteiramente à organização da União, dos Estados, dos Territórios e Municípios, descrevendo, longamente, quais os bens pertencentes à União e às demais unidades federativas e aos municípios, as competências das diversas esferas, e, especialmente, quanto à matéria fiscal, no que é bastante exaustiva.

Estende-se longamente sobre o sistema tributário. Estende-se nas disposições sobre os três poderes, sobre atribuições de cada um deles, sobre o orçamento, sobre segurança nacional, as forças armadas, o funcionalismo público, sobre a organização e funcionamento do judiciário, etc., etc., até o artigo 145, - da Regionalidade - quando se faz menção dos direitos dos indivíduos, o que é tratado de modo muito sucinto. E ainda mais: intercalados com disposições sobre partidos políticos, com medidas de emergência, de estado de sítio, com as disposições sobre a ordem econômica e social.

Quantas vezes fala em eleição de Presidente, em eleição de Governador e de Deputados Estaduais? Inúmeras, e de forma sempre muito confusa.

Uma Constituição não deve suscitar interpretações.

Pois isto levou a discussão toda em torno da recente investidura do Presidente. E o que prevaleceu foi a conveniência política do momento vivido. As opiniões estão, até hoje, divididas quanto à solução adotada.

Só no parágrafo 1º, do artigo 77, é que se fala na eleição do vice, que é considerado eleito em virtude da eleição do candidato a presidente com ele registrado. Afinal, por esse dispositivo o que se infere: que é vice do Presidente ou da República?

Bom, isso tudo é muito confuso e uma Constituição não pode ser assim. Só para ver até onde vai a confusão, o próprio artigo 76 é um bom exemplo disso. O Presidente ao assumir, jura manter a Constituição, de defender a Constituição. Por esse juramento, deve-se entender que como Presidente não pode admitir que alguém intente mudar a Constituição que ele promete manter.

Dá para entender alguma coisa? O compromisso deveria ser o de cumprir o que o povo, pelos seus representantes no Congresso Nacional, decidirem, assim entendendo.

A Constituição deve ser clara, concisa e precisa!

O Relatório da pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, no período de maio de 80 a julho de 84, sob a orientação do professor Afonso Arinos, e que atendeu um universo bastante amplo de

consultas, concluiu que o texto constitucional "deverá limitar-se a um conteúdo mínimo, com normas sintéticas e abrangentes"; deixando-se à legislação ordinária o acompanhamento da dinâmica social.

Prossegue o Relatório, dizendo que a Constituição, por sua natureza, não comporta detalhes; "o texto sintético tem maiores condições de durabilidade". A síntese "previne contra equívocos no reconhecimento de mutações ainda não cristalizadas, em detrimento do interesse público".

Toda empreitada começa pelo início.

Primeiro, se é preciso mudar a Constituição, quem fará isso? A Assembléia Nacional Constituinte. Como se reúne a Assembléia Constituinte e como se elegem os seus membros? Pelo Código Eleitoral em vigor, pelo atual processo de eleição, que, se sabe, sofre influência do Poder Econômico. Ou não sofre?

Ou será necessário, antes, se alterar o processo eleitoral?

Mas, o povo sabe o que é preciso mudar na Constituição, ou se é preciso fazer uma inteiramente nova? São os seus representantes no Congresso ou na Constituinte que vão apresentar sugestões e elaborar a nova Carta, ou serão os especialistas?

Mas, quais especialistas, quais os entendidos que irão fazer isso?

A Constituição é uma lei maior que rege a vida de um povo, a maneira como ele se organiza politicamente, diz como um povo num território se constitui em Estado, cuja definição é o povo politicamente organizado.

Mas, como esse povo quer ser politicamente organizado? Num Estado unitário, numa federação? Como ele quer ser governado, por um sistema presidencialista, ou pelo parlamentarismo, ou por uma monarquia constitucional, já que se fala em Constituição?

A complicação toda já começa aí. O Brasil é uma federação ou é um Estado unitário? Há um tempo atrás este País se chamava Estados Unidos do Brasil, por certo em analogia com os Estados Unidos da América.

Lá, sim, haviam os estados independentes, as colônias independentes umas das outras, que decidiram se unir em um Estado, numa federação de estados.

Isso aconteceu no Brasil? O Brasil se chamava Estados Unidos até que sua denominação foi mudada para República Federativa do Brasil. Mas onde há autonomia dos Estados?

O art. 8º, que trata da competência da União, define tudo. Tudo é da competência da União. Os Estados só podem legislar supletivamente e não em todos os casos, conforme se vê pelo enunciado do mesmo artigo 8º.

Mas, voltando à indagação inicial, o que é mesmo que precisa mudar na Constituição? É preciso, antes de tudo, analisar-se artigo por artigo da atual Constituição, conhecer a sua extensão e abrangência, para só então pensar-se em propor alterações ou a supressão de algo.

A República Federativa, constituída sob regime representativo, é uma forma ideal de organização do Estado brasileiro? Por que não questionar-se também sobre este ponto?

A Constituição é a lei maior, mas quer significar também a forma como se constitui, em República Federativa; e essa lei maior estabelece que esta forma não pode ser mudada em hipótese alguma. (art. 47, § 1º).

Enfim, a Constituição trata da União, dos Estados, dos Municípios, dos poderes que compõem a organização do Estado, mas em tratando disso trata também da vida

dos cidadãos, dos brasileiros, dos seus direitos, da garantia desses direitos? Por exemplo, o direito à vida, ao trabalho, à saúde, à educação, à percepção de rendimentos compatíveis com a subsistência e com o aprimoramento dos indivíduos? E como se pode assegurar tudo isso?

Essas são questões complexas, sem dúvida. Todos são iguais perante a lei, mas nessa igualdade uns podem mais que outros e há diferenças bem acentuadas, como todo mundo sabe. Quando a Constituição fala que todos têm o direito ao trabalho, esse preceito torna-se letra morta quando as condições econômicas não permitem o seu cumprimento e aí, onde chegamos?

Todas essas colocações são postas mais a título de orientar uma discussão sobre a elaboração constitucional, matéria que constitui um gigantesco desafio à nossa capacidade.

Algumas coisas que precisam ser mudadas são óbvias.

O preâmbulo é o mais evidente.

E o que mais? "

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -- Consulto a Liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é concedido.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Senhor Presidente, nobres Senhores Parlamentares.

Na sessão de terça-feira passada, na Comissão de Constituição e Justiça, na eventual condição de seu Presidente e Relator do projeto de aumento do funcionalismo público estadual, ofereci à Mensagem Governamental parecer favorável, ressaltando que assim procedia, porque não desejava apresentar substitutivo geral, que pudesse dar causa a um retardamento na percepção dos valores majorados do funcionalismo público estadual.

Afirmar na Comissão de Constituição e Justiça, que aquela era uma posição absolutamente técnica do órgão de assessoramento desta Assembléia Legislativa, mas reafirmei o meu descontentamento, lá, como faço aqui, agora, com os índices propostos pelo Governador do Estado.

E ontem o Brasil foi surpreendido, após longa espera, como índice de 246% no reajuste da casa própria. Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, foi a primeira medida concreta da Nova República e do Governo Federal e resolvi fazer as continhas para ver como é que anda o Governo do PMDB no reajuste do funcionalismo público e no reajuste da casa própria. Ver como o PMDB se comporta como patrão do Estado do Paraná e como patrão do Brasil.

E imaginei, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, um funcionário público estadual que em junho de 1984 percebesse cem mil cruzeiros por mês, em junho de 1984 este funcionário imaginário, nomeado pelo PMDB, teria um salário mensal de cem mil cruzeiros, em julho deste mesmo ano de 84 ele percebe o reajuste do seu salário, dado pelo PMDB, da ordem de 70 por cento. Ele vai para cento e setenta mil cruzeiros por mês, em julho ele compra a casa própria, paga de prestação em julho, trinta mil cruzeiros, vamos supor, de casa própria, e com o reajuste da casa própria, em julho de 1984, a sua

prestação foi para oitenta e sete mil e trezentos cruzeiros, num aumento de cento e noventa e um por cento, vejam os Senhores, em julho de 1984 nós tínhamos ainda o malfadado Governo do PDS na República, o que representava 87 por cento no seu salário? O equivalente a 50 por cento do que percebia, e agora, nós chegamos a julho de 1985, a Nova República se instala, o Governo do PMDB, no Paraná, já teve dois anos e meio para melhorar as coisas, para colocar a casa em ordem e sob a expectativa, a Nação, o PMDBista, José Richa, anuncia o aumento da casa própria: 246 por cento, o maior reajuste já concedido na casa própria na História da Nação brasileira, e este funcionário que em julho tirava 50 por cento do seu salário por mês, para pagar a casa própria, com o regime do PMDB é assaltado do seu bolso em 56 por cento do seu salário, pois que, o reajuste de 246 por cento tira deste funcionário a quantia equivalente a trezentos e dois mil cruzeiros por mês...

O SR. GABRIEL MANOEL -- Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Luiz Alberto?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Concedo a Vossa Excelência, após afirmar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que este é o Governo da Nova República, com que o povo sonhou, ou será que este é o Governo dominado pelos tecnocratas e dominado, no Paraná, pelo escândalo dos dólares, que é a marca primeira e definitiva do Governo José Sarney!

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Vejo Vossa Excelência defendendo uma causa justa.

Causa-nos espécie a Nova República, Vossa Excelência, com razão dentro dos parâmetros que concerne, Deputado Luiz Alberto, a situação dos mutuários do BNH. Veja bem, Vossa Excelência que Vossa Excelência não mexeu no pomo da discórdia, mas na verdade real, onde a herança de Sarney era o caos, o caos, Deputado Luiz Alberto. O que ele mesmo cavou. Por isso, que nós, humildes Deputados do interior, ao vermos a falência desta Nova República, que de "nova" não tem nada, vemos, Vossa Excelência, no momento exato, defender os mutuários do BNH, e dizer a verdade, a verdade nua e crua.

E queria também que os ilustres Parlamentares do PMDB dessem a Vossa Excelência o apoio da verdade: 240 e poucos por cento, Deputado Luiz Alberto.

Os meus parabéns a Vossa Excelência!

E se a herança do caos, Deputado Luiz Alberto, for herdada pelo Presidente Sarney, ele ajudou a construí-la. Meus parabéns a Vossa Excelência e continue lutando pelo povo do Paraná e por sua gente.

Que venham agora as mariposas da ilusão do PMDB a defender a Nova República, a República da traição que nós haveremos, Deputado Luiz Alberto, de repudiar.

Estejamos em que partidos estivermos, é a traição ao povo que Vossa Excelência deve e precisa defender.

Onde estão os Deputados do PMDB que nada dizem e nada defendem?

Eu digo a Vossa Excelência, como humilde Deputado, meus parabéns. Vossa Excelência mexe, Deputado Luiz Alberto, na verdade, e a verdade há de ser defendida pelos homens do Paraná e do Brasil.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço o aparte do

eminente Deputado Gabriel Manoel, do Partido da Frente Liberal e torno a repetir, neste Plenário, um número que assuta a qualquer pessoa de bom senso. Este funcionário que, em julho de 1984, tinha um custo mensal de pagamento da sua casa própria, da ordem de 30% do seu salário, este funcionário público estadual, com o reajuste do Governo com o mesmo padrão, o padrão sendo do PMDB, hoje tem o seu bolso assaltado em 93% pelo PMDB do Estado Federal, ao invés de se dar a ele as condições dignas para ter uma vida que mereça ser vivida. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, porque sei que, lamentavelmente, nós da Assembléia Legislativa, não podemos fazer nada de prático e de concreto para mudar a legislação federal, mas porque nós Deputados Estaduais podemos usar desta tribuna para denunciar a farsa e para protestar contra o assalto que o BNH pratica ao bolso dos brasileiros, é que vou apresentar em nome da Bancada da Oposição nesta Assembléia, diversas emendas à Mensagem ao funcionalismo público, cuja primeira votação será efetuada hoje.

Uma das emendas, dar o 13.^o salário integral, e não o 13.^o salário meia-sola, enganação, que o Governo do PMDB ofereceu ao funcionalismo público estadual.

Vamos apresentar emendas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para que o Governo do Estado pague a metade do 13.^o salário em julho e a outra metade em dezembro, de tal sorte que o funcionalismo público estadual estatutário, tão humilhado por todos os poderes neste Estado, possa realmente receber aquilo que lhe é de direito, aquilo que é justo, pois o funcionário público estadual não pede nada mais do que justiça, não pede nada mais do que aquilo que lhe é de direito, daquilo que a sua função exige em termos de dignidade, em termos de trabalho, e em termos de construção séria, para este Estado e para esta Nação. Mais ainda, além da emenda do 13.^o salário, vamos apresentar a emenda que dá condições ao Governador José Richa, oferecer um abono de 25% daqui a três meses, e outro abono de 25% daqui final de seis meses, completando um índice de majoração futura da ordem de 50% sobre o salário do funcionalismo público.

A primeira indagação que se coloca nesta emenda: Terá o Governo, condições de recurso para dar o abono de 25% em setembro e o abono de 25% em dezembro? Tem, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares. A arrecadação do Estado do Paraná tem subido assustadoramente, e acima dos números da inflação. Se nós pegarmos o salário do funcionário público, no mês do reajuste é um, mas, no mês de agosto ele estará defasado pela taxa inflacionária no mínimo em 10%. Mas, o Governo que paga o funcionário público, ele recebe o ICM reajustado na taxa inflacionária. Então porque não passar um pouco da inflação que engorda os cofres públicos, para o sofrido funcionário estadual.

Continuarei, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, amanhã, a analisar a Mensagem do funcionalismo público, digo, segunda feira. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Liderança do PDT.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O povo foi às ruas lutar pelas eleições diretas neste País. O povo brasileiro passou a depositar suas esperanças

no Governo milagroso do PMDB, que se implantou com a Nova República. E com tristeza, os meses vão se passando, nenhuma obra, nenhuma ação concreta do Governo Sarney, que só chegou ao cargo através da fatalidade que se abateu sobre o Brasil. Numa circunstância normal, José Sarney, não teria sido, sequer, eleito vice-Presidente da República.

José Sarney, um homem sem comando e sem ação, não consegue controlar nem mesmo seu Ministério. Com três meses de governo, os Ministros estão digladiando publicamente, um atacando o outro através da imprensa, e nada feito para que o Brasil retome o caminho do desenvolvimento.

A Previdência Social continua a maltratar o trabalhador previdenciário. A criminalidade continua violenta, o desemprego não está sendo contido. E hoje o Brasil acordou triste, o Brasil acordou aterrorizado, diante do ato mais cruel, mais desumano, mais anti-povo, mais anti-trabalhador, tomado pelo Presidente da burguesia, do capitalismo, o Senhor José Sarney, chamado pela imprensa como um dos maiores latifundiários do Brasil, que vem iludir o Brasil com uma Reforma Agrária; mas em suas terras, ele não faz Reforma Agrária.

Hoje, o Brasil assustado está a indagar, por que o seu Presidente José Sarney brincou com a paciência do povo, transformando o Brasil num circo, e usando nós brasileiros como verdadeiros palhaços deste circo, que ele quis transformar o Brasil. Ficou o Presidente José Sarney há mais de dois meses fazendo reuniões, dizendo que estava discutindo o aumento do BNH, e acenando que, ele Presidente Sarney, não iria castigar os mutuários do BNH; que daria o aumento político, porque o mutuário não poderia pagar.

E a imprensa noticiou outro dia, uma reunião combinada, convocada para discutir este aumento do BNH. E ao entrar na sala, o Presidente Sarney, conforme noticiou, foi logo dizendo: eu acho que nós somos os feitos parte interessada para discutir aumento do BNH. Quem de nós desta reunião, não é mutuário do BNH? Só o Ministro Castelo Branco, e um outro auxiliar do Presidente José Sarney.

Isto configurou que o próprio José Sarney, um grande capitalista, também se aproveitou do BNH, que tem um caráter social; que existe não é para financiar imóvel dos grandes magnatas, como ele, José Sarney.

E o Presidente, então, apesar da imprensa vir noticiando há muito tempo, que o aumento seria de 246%, ele ainda foi acenado e ludibriando a boa fé do povo, para dizer que estava estudando o aumento que não sacrificasse o mutuário. E para decepção geral da Nação brasileira, de quase três milhões de mutuários, envolvendo cerca de quinze milhões de brasileiros, o Sr. Presidente, José Sarney, com um sorriso de cinismo, anunciava como se fosse um milagre, que ele estava promovendo ontem no Brasil, de conceder, no seu entendimento, apenas 246 por cento de reajuste da casa própria.

O Sr. Nelson Buffara - Concede-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Deputado Belinati, verdadeiramente é um terror o que está acontecendo no País. Este terror liderado, infelizmente, pelo Presidente que lá está, e que lá está, indevidamente, Deputado Belinati; um Presidente como disse Vossa Excelência, enganador, que está ludibriando a Nação brasileira.

Ludibriando a ponto de ter afirmado, há quarenta

dias atrás, que a gasolina, tudo é o engodo, aumentaria, a não ser depois do dia vinte de julho ou coisa equivalente.

Mas, a porretada que ele dá em cima da classe mais carente, com esse aumento de 240 e tantos por cento do BNH, isto foi um nocaute, nocauteou todo mundo, e eu confesso, até estou falando em defesa própria, porque também sou mutuário do BNH.

Se pudéssemos, Deputado Belinati, fazer uma marcha a Brasília para exigir do Presidente da República um reexame desta situação, eu faria parte dessa marcha, iria, como povo, como cidadão brasileiro, porque eu nunca vi tanto embuste, tanta farsa armada, por alguém incapaz, dotado de um cinismo personificado, alguém que, para se agarrar, como disse há pouco um Deputado — não quero declinar seu nome — ao cargo de Presidente da República, está fazendo tudo, inclusive sendo alvo de pressões deste ou daquele Ministro, deste ou daquele grupo, para se manter na Presidência da República, o que eu acho vergonhoso para o País, ter um Presidente como José Sarney que, tentando enganar o povo, dá um nocaute inapelável onde, aquele que foi nocauteado não pode se levantar para continuar brigando, nocaute esse que arrasou com a economia dos mais favorecidos, economia dos brasileiros mais favorecidos, com esse aumento abusivo de 246 por cento!

As críticas que Vossa Excelência faz são cabíveis, são justas: receba minha solidariedade, Deputado Belinati, do Partido Democrático Trabalhista.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado, Deputado Nelson Buffara.

Mas é bom lembrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que, de acordo com o que a Imprensa sempre noticiou, o Presidente José Sarney, antes mesmo de chegar à Presidência da República, sempre se hospedou, no Rio de Janeiro, numa suíte presidencial, do Hotel Glória; para dormir uma noite numa suíte presidencial do Hotel Glória, no Rio de Janeiro, custa quase 5 milhões de cruzeiros — não é por mês, não é por semana, é para dormir uma noite, na suíte presidencial do Hotel Glória. Então, um homem que paga quase 5 milhões para dormir uma noite, está dormindo lá, por conta do povo, eis que ele continua dormindo, quando vai ao Rio, no mesmo Hotel, na mesma suíte presidencial; um homem que paga uma quantia exuberante dessas, não pode mesmo ter sensibilidade, não pode entender o drama do povo que comprou a casa, que sonhou em ter o seu chão, a sua casa, o seu apartamento, levando, 10, 15, 20 e até 25 anos pagando essa maldita prestação do BNH. Um cidadão que paga, hoje, 900 e poucos mil de prestação, vai passar para quase 3 milhões e meio de cruzeiros, a prestação de 900 e poucos!

Por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, faltou sensibilidade, faltou respeito do Presidente Sarney, a nós mutuários, ao povo brasileiro, brincou com a paciência do povo, esse homem que não está governando o Brasil em seu nome, não está governando o Brasil em nome do povo brasileiro, esse homem, chamado José Sarney que a imprensa mundial já tem feito editoriais dizendo que ele não tem capacidade para ser Presidente do Brasil e que isso poderá colocar em perigo até a fase de transição que o nosso País está atravessando.

Por tudo isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos encaminhando a Vossa Excelência um requerimento ao qual eu faço um apelo dramático nesta Casa, que o aprovem, porém, antes, eu gostaria de mostrar a imagem do Governo José Sarney, onde um artista de nome é recebido até sem marcar audiência, mas o povo, continua com o Palácio

do Planalto, fechado, lacrado, apesar da falsa propaganda que existe, que, agora, tudo ali está aberto; é uma mentira! O Palácio está fechado, para o povo, mas para artista famoso, não há necessidade de agenda — e vejam a imagem da Nova República (exibe jornal): O Senhor José Sarney, conforme fotografia do jornal "O ESTADO DO PARANÁ" de sábado, 15 de junho de 1985, folgadoamente, confortavelmente sentado, e ao seu lado, a Fafá de Belém.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. É a imagem do Governo da Nova República que vai ao mundo afora.

Neste momento, Senhor Presidente, nós estamos encaminhando a Vossa Excelência, diante do caos que se criou, do desespero, da incapacidade do Presidente José Sarney, nós estamos encaminhando um requerimento pedindo ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara dos Deputados, aos Deputados Federais e Senadores que representam o Paraná em Brasília, que decretem o afastamento, o "impeachment", do Presidente José Sarney, colocando em seu lugar o Presidente da Câmara dos Deputados Ulysses Guimarães. Que, tenho certeza, terá mais sensibilidade para o exercício desta nobre e importante missão, de que haverá de se conduzir na Presidência da República com maior respeito ao povo brasileiro.

O meu apelo, Senhor Presidente, que esta Casa aprove em nome dos mutuários e quero crer também, em nome do povo brasileiro que não aceita mais o cinismo de um José Sarney a comandar 130 milhões de brasileiros.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra no Horário da Liderança do PMDB, ao Senhor Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Nação levou uma nova bordoadada pelas vendas e ainda não se recuperou. Os jornais estampam hoje que a prestação da casa própria sobre mesmo 246% e, divulga também, a remarcação geral de preços — tudo sobe —, refrigerante, margarina, sabonete, água mineral, tevê em cores, carros, energia, água, luz. Enquanto tudo sobre a moral do Governo da Nova República só desce.

O Governo Sarney criou suspense "a la Hithocoky", criou uma expectativa falsa para anunciar, ontem, o aumento do BNH, da casa própria. Tentando iludir o povo falando basicamente do reajuste semestral, sem citar o reajuste dos doze meses que chega a 246%.

Já estamos com saudade da frase de Tancredo Neves, quando ele dizia: "O povo brasileiro não pode ser sacrificado." Parece que os homens da Nova-Velha República, se esqueceram de forma muito rápida das palavras de Tancredo. Este aumento do BNH vai transformar o País de forma definitiva, no país dos inadimplentes, porque o assalariado não tem condições de cumprir e pagar a prestação da sua casinha popular na ponta de vila. Sabemos também, que os reflexos desta política social vêm de há vinte

anos atrás, porque, neste percentual, há a soma de uns nove ou dez meses do Governo Militar que se implantou em 1964.

Sabemos que dois meses é muito pouco para se transformar esta grande Nação. Mas é tempo sim, o bastante, para que a população possa sentir o direcionamento da "Nova República", das metas da tão falada "Nova República", porque este País, Senhores Deputados, não se iludam, vai explodir de revolta e pela fome, porque as propostas sociais estão sendo engavetadas uma a uma: o vale-transporte está engavetado; a verba para cestas de alimentos para desempregados engavetada; a Reforma Agrária com a reação dos grupos latifundiários do País; a Reforma Tributária emergencial, cujos Prefeitos estiveram em Brasília e voltaram com as mãos nos bolsos; a volta da citricultura no Paraná, que estivemos em Brasília, estamos aguardando, há vinte e cinco dias, a resposta do Senhor Ministro. Não sabemos se será positiva ou negativa.

E enquanto tudo isso ocorre, nós, os políticos, estamos num "piquinique eleitoral"; o País explodindo em greves, explodindo em fome, explodindo pela criminalidade, estamos discutindo no Congresso Nacional se uma eleição de Prefeito é um ou dois turnos; estamos discutindo o voto do analfabeto; estamos discutindo quem vai mudar de partido e quem não vai; se vão legalizar o MR-8, o PC do B, estamos discutindo por que o Deputado votou duas vezes os dois turnos. É esse o piquinique que nós, políticos, estamos fazendo, tentando apagar as grandes fogueiras, quando o grande incêndio está atrás de todos nós.

O País, na verdade não pode esperar. É uma esperança maldita - nós sabemos - deixada pelo Governo Militar de vinte anos neste País; que os militares nos deixaram quarenta milhões de subnutridos crônicos, trinta milhões de menores delinquentes, vinte e cinco milhões de menores analfabetos, sessenta milhões que não conhecem o que é rede de água e de esgoto, luz elétrica; uma criança morrendo por minuto: esta é a herança dos vinte anos do Governo Militar. Mas nem por isso também podemos cobrar já da "Nova Velha República" que não está dentro das propostas deixadas por Tancredo Neves, e já está na hora de se exigir mudanças mais concretas do Presidente Sarney, porque mais uma vez está se frustrando a expectativa popular. Há que se ter mudanças radicais, profundas, imediatas.

O povo que rezou e chorou por Tancredo Neves, que resgatou os Símbolos Nacionais, não pode ser novamente frustrado, não pode continuar aguardando. Neste País, ou se governa com a chibata do povo nas mãos, ou não teremos reformas sociais.

É preciso ter reformas sociais, e isso

Sarney não está tendo até agora porque ele é pressionado por grupos econômicos, pelos banqueiros, pelas multinacionais, pelos latifundiários que na verdade mandam neste País. Mudanças só de forma radical, e é preciso governar com o povo pelo povo.

Sarney mostra muita preocupação com retrocesso, com golpe militar, que também não está descartado neste País, não. E é preciso que o povo reinicie a campanha nas ruas pelas "diretas-já", o quanto antes. Temos a memória muito curta. Até ontem, este País estava inundado de bandeiras e dos sons do Hino Nacional. Já esquecemos! É preciso voltar às ruas pelas "diretas já", ou será que é vergonha falar em "diretas já"? É preciso retomar esta campanha, e aí sim, poderemos ter uma nova versão de 1964, neste País.

Na verdade, a Nova República está brincando com o povo brasileiro, com a Arena e o PDS brigaram vinte anos, ao longo do regime militar. É preciso um basta! O Presidente Sarney deveria ter vergonha de ficar uma semana falando do aumento da prestação, criando uma expectativa na população carente deste País, para vir anunciar 246%, dizendo que é o mínimo que o Governo pode fazer.

Ou este Governo da Nova República toma vergonha, ou o povo fará com este Governo o que deveria ter feito com o Governo Militar. Tiraram um do Palácio do Planalto e é isto que vai acontecer neste País, e logo, porque não estou vendo mudança alguma nos vinte anos de militarismo, com estes dois meses de Nova República. Apesar do pouco tempo, dois meses já dá para sentir onde querem chegar e nisto, eu pessoalmente, já consegui identificar.

Era isto, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso o restante do horário de nossa Liderança para endossar todas as palavras ditas da tribuna desta Casa, com a perplexidade de todos nós com o reajuste da casa própria.

Na verdade, acreditamos que o mutuário da casa própria está impossibilitado, nesta Nação, de fazer frente ao pagamento de sua mensalidade.

Sabemos perfeitamente o baque criado no trabalhador que precisa recorrer ao sistema para adquirir a sua moradia. E endossamos as acusações. Não aceitamos, em cima do Governo dito peemedebista, o reflexo da cobrança arbitrária, alta e insuportável, dos mais de 240% de reajuste. Porque precisamos aqui nesta Casa, Senhor Presidente, Senhores

Deputados, ter a consciência clara...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA -...de que o reajuste lançado pelo Governo Federal, não é o resultado de dois meses da Nova República. Numa análise das menores possíveis que se faça, sabemos que o reajuste da casa própria é o acumulado de doze meses, dos ...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - ... quais dez meses foram administrados pelo Governador que se encerrou há pouco tempo atrás.

A responsabilidade maior, mutuários da casa própria deste Brasil, é exatamente os meses de desequilíbrio do Governo que, felizmente se encerrou.

Ou será que nenhum de nós lembra que exatamente os juros exorbitantes das Cadernetas de Poupança que forçaram e elevaram para cima o preço do reajuste da Casa própria? Será que esquecemos que a inflação descabida, descontrolada de 20% aproximadamente ao mês, dos últimos meses do Governo militar que se encerrou, foi que originou o acumulado de doze meses que fez com que o reajuste fosse dado nesta proporção. Ou será que nos esquecemos se tanta coisa temos para apresentar se os dois meses da Nova República apresentaram o índice de mais ou menos 7% de inflação que por certo terá reflexos diretos no próximo aumento do índice da casa própria.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não venho aqui para defender este aumento exorbitante que reconheço como mutuário que sou da impossibilidade de se pagar. Não venho aqui para defender aquilo que pesa no bolso do trabalhador; não venho aqui para defender o absurdo desta Nação descontrolada nas suas finanças, mas não posso aceitar na condição de líder deste partido, que aqueles responsáveis pelo descalabro financeiro desta Nação venham hoje em cima do aumento formado por mais de dez meses de desgoverno acusar simplesmente a Nova República como se os índices do reajuste tivessem sido forjados em cima dos dois meses de Governo de um Governo que inicia. Ou esqueceram os senhores que são os responsáveis do Governo que se encerrou e que gerou esta inflação desenfreada? Ou esqueceram os Senhores da inflação galopante; do sistema centralizador de rendas, da busca incessante do dinheiro público, oferecendo juros altíssimos da poupança que por certo elevou a espiral da casa própria?

Porque, ouvimos aqui a responsabilidade em cima do nosso partido,

do aumento que condenamos durante tantos anos, mas não vamos aceitar que os Senhores debitem na Nova República mais de dez meses de desgoverno desta República, se é que era República, no regime que se encerrou.

Esta é a verdade dos fatos e, esta verdade é reconhecida ainda pelos brasileiros que sabem o quanto nos custou os vinte anos de regime militar.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao PFL, Senhor Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente, gostaria de informar, complementando o meu pronunciamento do Pequeno Expediente, sobre o grande e impossível de admitir, o aumento das prestações da casa própria de 246,3% que, por informação do Líder da nossa bancada Gilberto Carvalho e Secretário Geral do partido, Deputado Augusto Carneiro, soube que a nossa bancada formará uma comissão que gestionará junto ao BNH e ao Presidente da República no sentido da criação de algum mecanismo nos moldes do bônus habitacional para minorar o terrível sofrimento dos mutuários do BNH. É assim que nós vamos pretender com esta luta dar uma resposta àquilo que nós achamos ser um aumento absurdo.

Vamos realmente trabalhar, nós da bancada estadual do PFL, vamos trabalhar no sentido de não ficar só no discurso e sim tentarmos resolver com algum mecanismo este grande problema criado por todos que compraram sua casa pelo Sistema Nacional de Habitação.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sou agora ao tema que me trouxe a esta tribuna.

(Lê):

Estamos vivendo, indiscutivelmente, um tempo novo, um tempo de renovação de costumes, um tempo de abertura e liberdade.

Procuram as autoridades da Nova República, com o Presidente José Sarney dando o exemplo, deixar claro que a fase mais difícil passou e já se encontra definitivamente fazendo parte da nossa história.

Nunca é demais, porém, lembrar que liberdade pressupõe sempre responsabilidade, responsabilidade no agir e no fazer. Responsabilidade no querer e até no reivindicar.

E é justamente essa preocupação com a responsabilidade, em contraposição às liberdades que estamos reconquistando, que me leva a encerrar, com indiscutível temor, a musicalização do Hino Nacional, em

gravação recente da cantora Fafá de Belém.

Na verdade, é preciso que fique claro, desde logo, que nada tenho contra a inovação em si. Nem tampouco contra a cantora Fafá de Belém, artista de méritos, cuja ativa participação na luta travada pela aliança democrática é por todos sobejamente reconhecida.

O que me preocupa seriamente é o precedente. O risco da vulgarização. O perigo de se descaracterizar um dos símbolos nacionais, e dos mais caros, que é o Hino Nacional. Hino que aprendemos a respeitar desde a mais tenra idade, juntamente com a bandeira verde e amarela.

Assim, quero enfatizar que, quando desta tribuna, manifesto minha preocupação, não se trata de mera pieguice. Nem, muito menos, de excesso de zelo cívico. Longe disso. O que me move é temor verdadeiro, diante dos abusos que já se esboçam, e que poderão levar ao ridículo aquilo que temos de mais caro.

Como exemplo, citaria que no último final de semana, um dos nossos canais de Televisão, em programa de calouros de grande audiência, apresentava a musicalização do Hino Nacional, fazendo com que a descontraída platéia, incentivada pelas dançarinas que a animam, ensaiassem alguns passos de dança. Evidentemente, tudo isso num constrangedor desrespeito àquele que é, por lei e por consagração pública, um dos símbolos de nossa brasilidade.

Trata-se, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de um abuso, de um desrespeito, de uma inqualificável irresponsabilidade, com os quais não podemos concordar!

Aliás, diante do que se viu, se medidas enérgicas e imediatas não forem adotadas, não será surpresa se, dentro em pouco, o Hino Nacional estiver sendo executado em ritmo de samba, de rock ou outro ritmo qualquer, para animar bailes ou forrós...

Exatamente tal perspectiva já faz com que algumas vozes se levantem. Assim, no Rio de Janeiro, dois advogados se insurgem, ingressando na Justiça Federal com ação popular contra o Ministro da Justiça e contra a gravadora, responsáveis, o primeiro pela liberação, e esta, pela gravação do Hino Nacional sem as características originais.

Além de pleitearem a apreensão do disco, querem os autores da ação que os implicados - Ministro e gravadora - expliquem na Justiça a infração da Lei 5.700, de 1.º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais.

Esta lei, importa frisar, não apenas dispõe imperativamente sobre a obediência ao poema de Joaquim Osório Duque Estrada, e à música de Francisco Manoel da Silva, com a adaptação vocal do maestro Alberto

Nepomuceno, como também traça normas rígidas para a execução de nosso Hino pátrio.

Aí está, pois, a razão legal da reação. Mas, a ela com certeza se juntarão outras, em todo o País, conforme, aliás, a mim mesmo, indignadas pessoas se manifestaram, diante do ocorrido na Televisão, no último fim de semana.

Por isso mesmo, a minha preocupação é o meu alerta!

Afinal, se não queremos e não admitimos a censura irracional, não podemos igualmente aceitar que, em nome de uma falsa e perigosa liberdade de expressão, abusos se cometam. Em especial, quando tais abusos envolvem os símbolos nacionais.

O caso da musicalização do Hino Nacional brasileiro é exemplo típico. E lamentável.

Daí, a reflexão que ora fazemos, esperando que, antes que qualquer atitude impensada, procuremos todos atentar para a conveniência do respeito às nossas tradições e para a necessidade do cumprimento à lei."

Concedo a palavra ao Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Agradeço a Vossa

Excelência e, inicialmente, quero me parabenizar com esta preocupação que Vossa Excelência traz a este Plenário na tarde de hoje, com relação ao desrespeito cometido contra um dos símbolos nacionais.

Mas queria, respeitosamente, Senhor Deputado, fazer uma observação. Vossa Excelência começou o seu discurso fazendo referência a um tempo novo e eu me permitiria observar, de que é o tempo do novidadeiro, é o tempo do modismo, porque logo a seguir Vossa Excelência, realmente mostra essa agressão praticada contra o Hino Nacional e gostaria aqui lembrar que estamos caminhando para uma situação cada vez mais difícil de ser solucionada, face os grandes compromissos assumidos na campanha eleitoral que culminou com a escolha do novo Presidente da República em 15 de março deste ano, de um lado o resgate da dívida social, prometido através da reposição salarial, de outro lado a descentralização administrativa, através da Reforma Tributária e de uma contemplação mais expressiva de recursos aos Estados e aos Municípios, de outra parte ainda a promessa da recomposição do fluxo de caixa aos grandes empresários e grandes banqueiros deste País, através da quitação paulatina da chamada dívida interna. E ainda ontem nós observávamos aqui a chegada de Prefeitos frustrados, com a famosa marcha à Brasília, quando para lá se dirigiram, por certo motivados pelo transcurso da campanha eleitoral,

recente. Acompanhamos pela televisão e tomamos conhecimento, por contato direto, com aqueles que integraram a famosa marcha dos produtores de soja, e agora, proposto, aqui, hoje, em plenário, a marcha dos mutuários do Banco Nacional de Habitação à Brasília, então, veja bem Vossa Excelência, que estamos realmente nos encaminhando para um momento de graves dificuldades. É preciso, que, atitudes como a sua, observando medidas inadequadas, inadvertidas, praticadas contra símbolo nacional e que caracterizam o modismo, o modernismo excessivo, é que precisam ser, realmente, atendidas.

Mas, encerrando, Deputado, pois sei que o seu tempo é curto, para lamentar, profundamente os 246% praticados contra os usuários do sistema financeiro de habitação, e não tenho qualquer dúvida, a permanecer esses índices, estaremos diante de uma inadimplência jamais imaginada neste País, esperando, como houve uma certa regressão do Governo, o Governo se recolheu, com relação à reforma agrária, precipitadamente colocada, como foi, possa também, refletir em torno dos índices anunciados na noite de ontem e recue mais uma vez, em favor não apenas dos mutuários do sistema financeiro de habitação, mas em favor da paz social, indispensável, neste momento a ser defendida por todos nós, homens públicos, detentores ou não de mandato eletivo.

Muito obrigado.

O SR. IVAN GUBERT - Agradeço o aparte e lamento não poder continuar o debate porque outros companheiros vão ocupar a tribuna. (Sem revisão do orador).

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Nobre Líder do PMDB, Senhor Presidente, nobres colegas, nem respeito, dizia o adágio popular: "Diga-me com quem andas e dir-te-ei quem acompanhas", como diz o português, e o Deputado Caíto Quintana, o defensor da Nova República, o defensor do ilustre Presidente da República, onde numa declaração à imprensa disse que havia assumido um legado que não podia transformar da noite para o dia. Aos incautos, aos menos esclarecidos, meu ilustre e nobre Deputado Caíto Quintana, que não é camaleão, que vem compreender e defender o indefensável, perguntaria a quem pertenceu o pretendido homem público, o intelecto José Sarney, tão defendido da tribuna, pelo ilustre Deputado Caíto Quintana, homem sério, que levou às plagas e às planícies a esperança da Nova República quando nós sofriamos aqui com

Paulo Maluf, a trazer uma esperança nova para o Paraná e para o Brasil, vem agora a baboseira do homem que se transformou Líder do PMDB, no País.

Deputado Caíto Quintana, homem sério, vem defender o indefensável. Nós não queremos, Deputado, os discursos, as ilusões...

O SR. Caíto Quintana - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência sempre pega no meu pé, mas aguarde um pouco.

Queremos, Deputado Caíto Quintana, o que é palpável. A população que escutou a Fafá de Belém na rua, a população que escutou a herança que o ilustre Presidente da República José Sarney herdou, que ele mesmo construiu. E como diz o eminente Deputado Jorge Maia: "Quem casou com a viúva, tem que carregar o fardo".

Agora, nós nos admiramos, Senhor Presidente, esse ilustre Deputado, Líder autêntico, ao se portar e se comportar quanto ao povo. Sabem Vossas Excelências que as cadernetas de poupança pertencem 85% ao povo humilde. Como vem Vossa Excelência querer justificar, Deputado Caíto Quintana, com o seu tirocínio político, defendendo o seu partido, quando o seu Presidente disse que recebeu um legado, legado que ele mesmo construiu, e que Vossa Excelência não tem a coragem, como tem o Deputado Fiori Luiz, de dizer a verdade verdadeira a seu povo. É a traição ao povo que Vossa Excelência procura justificar. É a traição dos 240% da Nova República.

Ao invés da bancada do PMDB, com raras exceções vir aqui desta tribuna defender o indefensável, deviam estar na tribuna, em Brasília, Deputado Caíto Quintana, a solicitar de seus Ministros, do seu ilustre Presidente Sarney, que olhe pelo povo. O legado que ele recebeu, ele mesmo construiu. E sabe Vossa Excelência que Vossa Excelência me pegou hoje, e me deixou assim, não sobressaltado, porque Vossa Excelência é um homem inteligente, não podia culpar as cadernetas de poupança, porque 80% da população brasileira tem os seus minguados recursos nas cadernetas de poupança.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de

apoiamento. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 110/85, constante da Ordem do Dia marcada para hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação do Projeto de Lei n.º 110/85, constante da Ordem do Dia, acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 110/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 114/85), que objetiva majorar, a partir de 1.º de julho de 1985, os vencimentos dos cargos efetivos que especifica, e visa ainda, a majoração do valor dos vencimentos dos cargos em comissão, das funções gratificadas e de outras vantagens do funcionalismo, assim como o das pensões pagas pelo Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publicado no D.A. n.º 57, de 17.06.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n.º 110/85

I- O Poder Executivo, através da Mensagem 114/85 encaminhou a esta Assembléia, ante-projeto de lei que reajusta os vencimentos dos funcionários públicos civis e militares do Estado do Paraná. O Senhor Governador do Estado, segundo exposição de motivos que acompanha este plano de lei, procurou dar um caráter social à Mensagem, diferenciando os índices de aumento para as diversas categorias funcionais aonde o percentual de aumento vai de 105% a 80.3% em ordem decrescente, desde os funcionários de menor renda até os de maior remuneração.

II- Apesar da intenção louvável de Sua Excelência, a Mensagem deixa muito a desejar, pois em mais esta oportunidade não repõe a perda salarial de nosso servidor, que de semestre em semestre vem sendo vítima de uma inflação e alta de custo de vida muito superiores aos reajustes oferecidos pelo Governo.

Nós que sentimos e acompanhamos de perto o drama do nosso servidor, avocamos o projeto em caráter de emergência, tendo-se em vista a exigüidade do tempo para apreciação em Plenário.

Nossa intenção seria de já na Comissão de Constituição e Justiça apresentarmos um Substitutivo Geral.

Todavia, para que a Assembléia não deixe de apreciar a Mensagem dentro do prazo regimental e para que o servidor não seja prejudicado, tentaremos, através de diversas Emendas, corrigir as graves distorções encontradas no corpo do Projeto.

Curitiba, quinta, em 20.06.85

III- Sob o ponto de vista legal e constitucional, o Projeto está em condições de ser aprovado por esta Comissão, até ulterior deliberação da Constituição do Estado (item I do art. 47) e Regimento Interno da Casa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 110/85

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 114/85, objetiva majorar, a partir de 1.º de julho do corrente, os vencimentos dos Cargos Efetivos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas, o soldo dos integrantes da Polícia Militar, o valor dos vencimentos dos Cargos em Comissão, das funções gratificadas e outras vantagens do Funcionalismo, assim como das pensões pagas pelo Estado.

Visa ainda o presente projeto, autorizar o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar até o limite de CR\$ 887.000.000.000 (oitocentos e oitenta e sete bilhões de cruzeiros), para atender as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive as decorrentes da aplicação da presente lei, servindo como recursos, para respectiva cobertura, qualquer das formas especificadas no § 1.º do Artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

A matéria devidamente analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto de análise desta Comissão, entendemos que a justificativa que acompanha a mensagem, convence plenamente sobre a oportunidade da matéria.

Assim sendo e não havendo vício algum de natureza financeira e dada a oportunidade da matéria, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. Sala das Comissões, em 19 de junho de 1985.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente e Relator.

Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -(Pela Ordem).

Como se trata, hoje, de votação em primeiro turno, a Bancada do PDS votará favoravelmente. E, a partir de amanhã, em 2.ª votação, no momento regimental adequado, apresentaremos as emendas que visam aprimorar o projeto de lei de iniciativa do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- continua em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Para discutir)-

Senhor Presidente, para justificar também que a Bancada da Frente Liberal, amanhã, apresentará uma emenda a este projeto, também procurando aprimorar, e, principalmente, com referência ao Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Continua em discussão. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Lei n.º 295/84, que dá nova redação ao Artigo 1.º da Lei Promulgada n.º 09/73, mantida as divisas constantes dos itens I, II, III e IV, (Cria o Município de Nova Santa Rosa), com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Palotina e Toledo, conforme Resolução n.º 11/68 e divisas que especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 295/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- O Art. 1.º- da Lei n.º 09/73, mantidas as divisas constantes dos itens I, II, III e IV, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º- Fica criado o Município de Nova Santa Rosa, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Palotina e Toledo, nos termos do resultado do plebiscito autorizado pela Resolução n.º 11/68, e divisas seguintes".

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente
NESTOR BAPTISTA
Relator.

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Lei n.º 36/85, que denomina de "PREFEITO JOÃO BATISTA DISTEFANO", a PR-151, que liga o Município de São Mateus do Sul ao Município de São João do Triunfo e este ao Município de Palmeira. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 36/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica denominada de Rodovia "PREFEITO JOÃO BATISTA DISTEFANO", a PR 151, que liga o Município de São Mateus do Sul ao Município de São João do Triunfo e este ao Município de Palmeira.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente
NESTOR BAPTISTA
Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 61/85, (Mensagem n.º 91/85-ex-Proposição n.º 81/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrado em 17.12.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria das Finanças e a EMOPAR, e os municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a abrigar as Agências de Rendas dos Municípios signatários. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - do requerimento do Excelentíssimo Senhor, Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, solicitando prorrogação por mais 10 (dez) dias de sua licença de Tratamento de Saúde, a contar do dia 19 até o dia 29 do corrente mês, conforme laudo médico n.º 016/85. Aprovado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, de acordo com o Artigo 14.º, Parágrafo 1.º da RESOLUÇÃO N.º 11/60, (REGIMENTO INTERNO), prorrogação por mais dez dias de sua LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a contar do dia 19 até o dia 29 do corrente mês, conforme LAUDO MÉDICO n.º 016/85, expedido pelo Serviço de Inspeção de Saúde deste Poder Legislativo em anexo.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE
LAUDO MÉDICO N.º 016/85

Aos dezenove dias do mês de junho de 1985, a Junta Médica infra assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Deputado Artagão Mattos Leão, concluiu achar-se o mesmo com 410.9= 420.0 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), necessitando de 10 (dez) dias de licença, para tratamento, a partir de 19.06.85 em prorrogação.

(aa) Médico Chefe da Junta

(Ilegível)
Membros (2)
(Ilegível).

Presidência não tem condições de informar ao nobre Deputado do que se trata o projeto.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Vasco Rasteiro Coimbra, ocorrido no dia 20 de junho do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Clementino Puppi, ocorrido no dia 18 de maio do corrente ano, no Município de Campo Largo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Clementino Schiavon Puppi, ocorrido no dia 18 de maio do corrente ano, no Município de Campo Largo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dulce Martins do Nascimento, ocorrido no dia 19 de Junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Josephina de Conto Gabardo, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei n.º 78/85 e 87/85 de sua autoria, os quais solicitam respectivamente, a Declaração de Utilidade Pública da Associação das Senhoras da Rotarianos de Moreira Salles, e da Associação Curitibana de Proteção à Maternidade e à Infância. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 296/84. **Em discussão.**

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -(Pela ordem)-
Senhor Presidente, Vossa Excelência pode anunciar de que se trata o projeto em questão.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Transfiro a votação para a próxima sessão do requerimento, tendo em vista que a

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço Vossa Excelência.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a recuperação de várias estradas do Município de Terra Boa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, objetivando a doação de uma viatura devidamente equipada para a Delegacia de Polícia do Município de Boa Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma quadra de esportes na localidade de Monte Azul, no Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando a construção de quatro salas de aula para a Escola Estadual Antônio Teodoro de Oliveira, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, objetivando a liberação de recursos financeiros para a construção de um ginásio de esportes no Município de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, objetivando a construção de uma cadeia para a localidade de Jaracatiá, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 4º aniversário de emancipação do Município de São Jorge do Patrocínio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor

Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a recuperação da estrada que serve de ligação do Distrito Administrativo de Arapuan, no Município de Janiópolis,, ao Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a implantação de um programa de fluoretação junto a rede de água do Município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a criação e instalação de um pelotão da polícia militar no Município de mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a transferência do Município de Mariluz do 11.º Batalhão da Polícia Militar, no Município de Campo Mourão, para pertencer ao 7.º Batalhão localizado no Município de Cruzeiro D' Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, objetivando a instalação de um aparelho telefônico na Agência de Rendas Estadual, no Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a implantação, por intermédio da RADIPAR, de uma estação repetidora de sinais de televisão da Rede Globo, para atender a população do Distrito de Ivatê, no Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao radialista Benedito Claudio de Oliveira, pelo programa "Pinga Fogo", que vem apresentando diariamente através da Rádio Cidade de Jandaia do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, e Senadores e Deputados que representam o Paraná em Brasília, encarecendo seja decretado o impedimento do Senhor Presidente da República. Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI- (Pela ordem)-
Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

3 Senhores Deputados aprovam.

17 Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da Sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre os pontos relativos a contratação de empréstimo junto ao Banco Manufactures Hanover Trust Company. Encerrada a discussão.

Requerimento do Deputado Caíto Quintana, fica transferido para a próxima sessão, pois não há número para a votação.

O Sr. Caíto Quintana- Pela Ordem,
Senhor Presidente.

Foi aprovado na sessão anterior, para participar dos festejos de Umuarama, e a Bancada do PMDB gostaria de indicar o Deputado Nelson Vasconcellos, para representar a Assembléia neste evento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa fará a anotação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 65/83.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 110/85 e do Projeto de Resolução n.º 61/85.

1.^a DISCUSSÃO- do Projeto de Lei n.º 21/85.

Levanta-se a Sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 013ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1985
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Eduardo Baggio e Ezequias Losso.

As dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brândão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando regime de urgência à votação do Projeto de Lei nº 296/84. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 16/85, (Mensagem nº 61/85 - ex-Proposição nº 63/85), que encaminha cópias autênticas de Termos de Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, cele-

Curitiba, quinta, em 20.06.85

brados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os Termos de Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR e os Municípios de Imbituva, nº 380/84; Inajá, nº 378/84; Manguaçu, nº 388/84; Santa Izabel do Ivaí, nº 397/84; em 20/11/84; Assis Chateaubriand, nº 453/84; Astorga, nº 454/84; Capanema, nº 455/84; Clevelândia, nº 467/84; Dois Vizinhos, nº 457/84; Floraí, nº 456/84; Icaraíma, nº 458/84; Jardim Alegre, nº 459/84; Rio Azul, nº 460/84; Santa Mariana, nº 463/84, São Jorge do Ivaí, nº 462/84, Saposema, nº 461/84, Teixeira Soares, nº 464/84, Toledo, nº 468/84 e Vera Cruz do Oeste, nº 465/84, em 28/12/84; objetivando a execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

NESTOR BAPTISTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 36/85, (Mensagem nº 38/85 - ex-Proposição nº 43/85), que aprova Convênios, Termos de Revigoração e de Aditamentos, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio, com as partes, objetivos e datas, conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios, Termos de Revigoração e Aditamentos, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com as partes, objetivos e datas conforme abaixo especifica:

I — Convênio de 30/12/83 e respectivo Termo de Revigoração de 04/07/84, com a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel — FECIVEL, visando o desenvolvimento de atividades industriais e comerciais;

II — Convênio de 30/12/83 e respectivo Termo de Revigoração de 12/07/84, com a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, visando desenvolver e incrementar as atividades industriais e comerciais;

III — Convênio de 30/12/83 e respectivo Termo de Revigoração de 04/07/84, com a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, visando desenvolver e incrementar as atividades industriais e comerciais;

IV — Termo de Ajuste de 15/03/84, ao convênio SISNIC número 01/79, com o Conselho de Desenvolvimento Comercial do Ministério da Indústria e do Comércio, para elaboração do projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba";

V — Convênio número 20/83 de 19/10/83 e seu Termo Aditivo número 01/84, de 30/03/84, com a Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, para expansão do projeto de formação profissional de população de baixa renda;

VI — Convênio número 25/84, de 10/07/84, com a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, para implantação de cooperativas de trabalhadores rurais e volantes; e

VII — Convênio número 05/84, de 10/05/84, com a Secretaria de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, objetivando dar continuidade ao projeto de preparação de mão-de-obra às populações de baixa renda.

Art. 2.^o — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

NESTOR BAPTISTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.^o 41/85, (Mensagem n.^o 15/85, ex-Proposição n.^o 17/85), que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, com objetivos que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 41/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios de CAMBIRA, em data de 08/11/84, com o objetivo de instalação de um Viveiro de Mudanças de Café; CATANDUVAS, em 19/11/84, para a realização da I Festa Regional da Uva; CLEVELÂNDIA, em 31/10/84, para a realização da XII Exposição Agropecuária e Industrial; GUARACI, em 31/10/84, para a realização da II EXPOGUAR — Feira Agropecuária e Industrial e fundação da Feira do Produtor; SANTO ANTONIO DA PLATINA, em

25/10/84, para a realização da XII EFAPI — Exposição Feira Agropecuária Industrial; e TOLEDO, em 25/10/84, para a realização da XI Festa Nacional do Porco no Rolete.

Art. 2.^o — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

NESTOR BAPTISTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.^o 47/85, (Mensagem n.^o 47/85, ex-Proposição n.^o 65/85), que encaminha cópia autêntica de Convênio de Auxílio e Cooperação Técnica número 62/84, de 27/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC na execução de obras públicas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 47/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Convênio de Auxílio e Cooperação Técnica número 62/84, celebrado em 27/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras públicas, no município signatário.

Art. 2.^o — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

NESTOR BAPTISTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.^o 48/85, (Mensagem n.^o 09/85, ex-Proposição n.^o 11/85), que encaminha cópias autênticas de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, de 22/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 48/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de APUCARANA, número 15/84; CORBÉLIA,

número 68/84; JAGUARIAÍVA, número 128/84, MALLETT, número 150/84, SÃO JOÃO DO IVAÍ, número 266/84 e TOLEDO, número 295/84, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente
NESTOR BAPTISTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 49/85, (Mensagem n.º 20/85, ex-Proposição n.º 22/85), que encaminha cópias autênticas de Convênios de 10/10/ e 13/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e, respectivamente, a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, e Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, com objetivos que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 10/10/84, e 13/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, e Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, com o objetivo de promover uma ação concentrada nas respectivas regiões, visando acelerar o desenvolvimento através das alternativas e identificação de oportunidades de investimentos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente
NESTOR BAPTISTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 50/85, (Mensagem n.º 46/85, ex-Proposição n.º 51/85), que encaminha cópias autênticas dos Convênios de 10/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da COMEC, objetivando execução e implementação de atividades do III PROJETO EBTU/BIRD, subprojeto PROPAV, visando implantação de obras que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios cele-

brados entre o Estado do Paraná, em 10 de dezembro de 1984, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de ARAUCÁRIA, número 55/84; COLOMBO, número 56/84 e PIRAQUARA, número 57/84, com participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a execução e implementação de atividades constantes do "III Projeto EBTU/BIRD, subprojeto PROVAP", que visa a implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes públicos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente
NESTOR BAPTISTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 51/85, (Mensagem n.º 41/85, ex-Proposição n.º 46/85), que encaminha cópias autênticas de Convênios de 27/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes de passageiros. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 27/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os Municípios de ALMIRANTE TAMANDARÉ, número 62/84; CAMPO LARGO, número 58/84; PIRAQUARA, número 59/84; RIO BRANCO DO SUL, números 46 e 60/84, e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, número 61/84, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética - PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte de passageiros.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente
NESTOR BAPTISTA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 52/85 (Mensagem n.º 25/85, ex-Proposição n.º 28/85), que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando o engajamento dos citados Municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, e SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, em data de 22/11/84, CAMBÉ e MANGUEIRINHA, em 09/11/84, e SANTA MARIANA, em 03/12/84, objetivando o engajamento dos citados Municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente

NESTOR BAPTISTA — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA N.º 288/85

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar NILZA SANTOS DE AZEVEDO, contratada como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado José Antônio Fonseca, de acordo com a Resolução n.º 71/80 (Protoc. n.º 4073)

PORTARIA N.º 289/85

designar WLADISMERY RUPPEL, contratada como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Adhail Sprenger Passos, de acordo com a Resolução n.º 71/80. (Protoc. n.º 4570).

PORTARIA N.º 290/85

retificar a Portaria n.º 266/82, de 14 de setembro de 1982, para declarar que o tempo contado através da mesma em favor de ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, matrícula n.º 372, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é para todos os efeitos legais e não como consta naquele ato.

(Protoc. n.º 4374).

PORTARIA N.º 291/85

mandar incorporar para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUCIANO ANTONIO BITTENCOURT, matrícula n.º 519, ocupante do cargo de Oficial Legisla-

tivo, Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 15 de dezembro de 1978 e 15 de fevereiro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias de 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 3987).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 04 de junho de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral.

PORTARIA N.º 292/85

designar SIOMARA LOPES GOMIDE, matrícula n.º 446, ocupante do cargo de Taquígrafa A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Taquígrafia, da Diretoria Legislativa.

(Protoc. n.º 5078).

PORTARIA N.º 293/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ARLETE BELMONT ZEBALLOS, matrícula n.º 235, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º e 5.º quinquênios, compreendidos entre 23 de outubro de 1974 e 23 de junho de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1974, 1977, 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 4322).

PORTARIA N.º 294/85

retificar o nome de FÁTIMA APARECIDA PRESTES, contratada deste Poder, como Datilógrafa, para FÁTIMA APARECIDA PRESTES MARTINS, por motivo de casamento.

(Protoc. n.º 4940).

PORTARIA N.º 295/85

designar SILVANA DE SOUZA, contratada como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Adhail Sprenger Passos, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 482/83.

(Protoc. n.º 4708).

PORTARIA N.º 296/85

designar JAHIR GUAREZI, funcionário contratado como Assessor Político, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da

(Protoc. n.º 4770).

PORTARIA N.º 297/85

designar REGINA APARECIDA VERSOZA SIMÃO, contratada, para exercer as funções de Chefe de gabinete da Liderança da Frente Liberal.

(Protoc. n.º 4769).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 10 de junho de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral.

PORTARIA N.º 298/85

conceder à funcionária MARIA APARECIDA DO PRADO CAMARGO, contratada, licença maternidade, de acordo com o Art. 392, § 1.º, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 03 de junho a 28 de agosto de 1985.

(Protoc. n.º 5090).

PORTARIA N.º 299/85

retificar o nome de SHEILA CRISTINA MARTINI DE LEMOS, contratada, para SHEILA CRISTINA DE LEMOS FIEBRANTZ, por motivo de casamento.

(Protoc. n.º 5129).

PORTARIA N.º 300/85

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 603/84, ao funcionário ALVARO SERGIO MARAVALHAS, matrícula n.º 030, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 5112).

PORTARIA N.º 301/85

designar JORGE DO ROCIO BADJIUK, contratado deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Administrativa.

(Protoc. n.º 5156).

PORTARIA N.º 302/85

conceder à funcionária ERNESTINA DE MORAES SOUZA, da Secretaria de Estado dos Transportes, ora à disposição deste Poder, trinta (30) dias de férias, referente ao exercício de 1985, a partir de 17 de junho de 1985.

(Protoc. n.º 5169).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 11 de junho de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral.

PORTARIA N.º 303/85

I- retificar a Portaria n.º 573/83, de 17 de agosto de 1983, para declarar que o tempo contado através da mesma em favor de LUIZ FERNANDO GOTTARDI, matrícula n.º 546, ocupante do Cargo de Oficial Legislativo, Classe "A"- Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é para todos os efeitos legais e não como

consta naquele ato.

(Protoc. n.º 3955).

PORTARIA N.º 304/85

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 603/84, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

ALCEU IVO COSTACURTA- Mat. 040

DARCI KLIEMANN- Mat. 493

ARACY ZECH- Mat. 192

(Protoc. n.º 5168).

PORTARIA N.º 305/85

-I- revogar a Portaria n.º 238/85, que designou para prestar serviços no Setor de Estágios Supervisionados, da Coordenadoria de Promoções Especiais, o funcionário ALCEU MARTINS RICCI FILHO, contratado deste Poder; e,

II- designar o citado servidor para prestar serviços na Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. n.º 4942).

PORTARIA N.º 306/85

designar PEDRO MOREIRA DA SILVA NETO, funcionário contratado como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato.

(Protoc. n.º 5327).

PORTARIA N.º 307/85

designar NILSA MARIA PERIN, funcionária contratada como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

(Protoc. n.º 4768).

PORTARIA N.º 308/85

designar JOSÉ LUIZ LOLLI, contratado como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Antonio Martins Annibelli.

(Protoc. n.º 5153).

PORTARIA N.º 309/85

designar ALEXANDRA MARIA BUSKEI, contratada como Datilógrafa, para prestar serviços no gabinete do Deputado Acir Mezzadri.

(Protoc. n.º 5203).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 18 de junho de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS.
Diretor Geral.

PORTARIA N.º 310/85

conceder ao funcionário JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA, matrícula n.º 574, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1985, a partir de 02 de julho de 1985.

(Protoc. n.º 5456).

PORTARIA N.º 311/85

conceder à funcionária ROSANA CRISTINA DE CARVALHO BROCA MASSOLIN, contratada, licença maternidade no período compreendido entre 17 de junho a 15 de setembro de 1985, de acordo com o Art. 392, § 1.º da Consolidação das Leis do Trabalho.

(Proto. n.º 5426).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 19 de junho de 1985.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS.
Diretor Geral.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 214/85

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I- exonerar, a pedido, MARIA DE FÁTIMA MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

II- prover ARION PAULO DE CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

(Protoc. n.º 4757).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 215/85

prover MARCIA REGINA SINGER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Donato Gulin.

(Protoc. n.º 4647).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 216/85

I- exonerar, a pedido, PEDRO HUMBERTO ZANUSSO, do Cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.

II- prover CLAUDIO HIROTO KITAMURA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 30 de maio de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 217/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ESVERBEN GUIMARÃES PLAT-SANT, matrícula n.º 025, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "B", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente à simbologia DAS-4, de acordo com o item II, do Art. 140, da mencionada Lei, acrescidas de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios in-

corporados e cinco (05) adicionais incorporados de acordo com o Art. 170, parágrafo único e 171, §§ 1.º e 2.º, ambos da Lei n.º 6174, supra citada e cem por cento (100%) de gratificação dos respectivos vencimentos, pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 1.º, da Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976, com nova redação dada pelo Art. 6.º, da Lei Complementar n.º 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n.º 2848/85).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 218/85

suplementar, no valor de CR\$ 40.000.000 (quarenta bilhões de cruzeiros), a dotação constante do Decreto Legislativo n.º 040, de 11 de março de 1985, no artigo 3.º, subelemento 02, alínea "m"- Administração da ALEP.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 219/85

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a JOSE ALVES GUIMARÃES, matrícula n.º 092, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "B" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença especial de três (03) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio compreendido entre 20 de julho de 1979 e 20 de janeiro de 1984, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 3868)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 220/85

designar CENIRA SILVEIRA DA COSTA, matrícula n.º 308, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe do Setor de Eventos e Promoções, da Coordenadoria de Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. n.º 2988)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 04 de junho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 221/85

I - exonerar, a pedido, ANTONIO BATISTA SOARES, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gabriel Manoel.

II - prover MOISES DE MELLO NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no gabinete do Deputado Gabriel Manoel.

(Protoc. n.º 4930)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 222/85

I - exonerar, a pedido, ALTELOIR ELI ROQUE GUBERT, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos.

II - prover THEMIS MARIA GUBERT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos.

(Protoc. n.º 4983)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 223/85

autorizar LISPETA PEREIRA RIBEIRO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art.176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seu vencimento, junto ao Gabinete da 2.ª Secretaria, respeitando-se o teto fixado pelo Decreto Legislativo n.º 16/85, a partir de 1.º de abril de 1985.

(Protoc. n.º 3495)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 224/85

I - revogar o Decreto Legislativo n.º 229/80, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento Legislativo a funcionária PAULINA SCHERNER SIMÕES, matrícula n.º 223, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II - revogar o Decreto Legislativo n.º 241/83, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 3.ª Secretaria, a funcionária ZENAIDE SILVA FILPO, matrícula n.º 410, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

III - revogar o Decreto Legislativo n.º 249/83, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete do Departamento Legislativo, o funcionário OSVALDO FARIAS, matrícula n.º 345, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 4525)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 225/85

designar os funcionários, abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções junto a Diretoria Legislativa, conforme especifica:

PAULINA SCHERNER SIMÕES - Mat.223 - ASSISTENTE DE GABINETE;

ZENAIDE SILVA FILPO - Mat.410 - ASSESSOR DE GABINETE;

ROGÉRIO A. S. DO NASCIMENTO - Mat.495 - ASSESSOR DE GABINETE;

MARIA MOREIRA MACENO - Mat.220 - AUXILIAR DE GABINETE.

(Protoc. n.º 4525)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 10 de junho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 226/85

I - revogar o Decreto Legislativo n.º 154/83, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2.ª Secretaria, a funcionária GENI CARNEIRO, matrícula n.º 284, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II - designar a citada funcionária, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Secretaria.

III - designar HERCULANO CORDEIRO, matrícula n.º 390, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. n.º 4354)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 11 de junho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 227/85

I - exonerar, a pedido, JESUS JOSÉ DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi.

II - prover HILÁRIO PRIMO FAGGION, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi.

(Protoc. n.º 5238)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 12 de junho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 228/85

Art.1.º - Incluir nas letras "d", dos artigos 1.º e 2.º, do Decreto Legislativo n.º 186, de 03 de maio de 1985, a "Liderança do PDT".

Art.2.º - Incluir no artigo 1.º, do Decreto Legislativo n.º 178, de 30 de abril de 1985, o seguinte:

p - Liderança do PDT

800

Art.3.º - Incluir no Art.3.º, do Decreto

Legislativo n.º 040, de 11 de março de 1985, o seguinte:

01 - Representação, Festividades, Recepção, Hospedagem e Homenagens.

o - Liderança do PDT 732.503

02 - Passagens e Transportes de Pessoas

o - Liderança do PDT 620.000

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 19 de junho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 229/85

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a necessidade de ser adequadamente regulamentada a prestação de serviço extraordinário e em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, pelos servidores desta Casa,

R E S O L V E:

Art.1.º- A prestação de serviço extraordinário e em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, pelos servidores da Associação Legislativa do Estado do Paraná, fica subordinada às regras deste Decreto.

Art.2.º- Cabe à Comissão Executiva autorizar, sob proposta da Diretoria Geral, através da 1.ª Secretaria, a prestação de serviço extraordinário e em regime de tempo integral com dedicação exclusiva.

Art.3.º- A proposta da Diretoria Geral indicará:

I- o nome do servidor e o regime de trabalho proposto;

II- a ocorrência, ou não, de acumulação de cargos;

III- o horário de trabalho a ser cumprido pelo servidor;

IV- a duração do regime de trabalho proposto.

§ 1.º- Havendo acumulação de cargos, a proposta deverá ser acompanhada de parecer da Diretoria da Procuradoria sobre a compatibilidade dos respectivos horários de serviço.

§ 2.º- A Diretoria Geral poderá se limitar a encaminhar proposta de outras diretorias, desde que atendam ao disposto pelo "caput" deste artigo.

Art.4.º- O regime de serviço extraordinário obriga à prestação de um mínimo de quarenta horas de serviços semanais, e o tempo integral com dedicação exclusiva à um mínimo de sessenta horas semanais.

Art.5.º- Para a inclusão no regime de tempo integral com dedicação exclusiva, o servidor deverá assinar compromisso de não

exercer qualquer outra atividade remunerada, seja ela de natureza pública ou privada.

Parágrafo Único- Havendo acumulação de cargos, o servidor não será incluído no regime de que trata este artigo enquanto não comprovar a sua exoneração do cargo que ocupe fora desta Assembléia.

Art.6.º- O servidor em regime de serviço extraordinário fará jus à uma gratificação equivalente a até cinqüenta por cento do seu vencimento e adicionais.

Art.7.º- O servidor em regime de tempo integral com dedicação exclusiva fará jus a uma gratificação equivalente a até cem por cento de seu vencimento, deduzidos os adicionais.

Art.8.º- A autorização de que trata o art. 2.º, deste Decreto será sempre deferida a título precário, podendo ser revogada a qualquer tempo pela Comissão Executiva.

Art. 9.º- Fica revogado, a partir de 30 de julho do corrente ano, o Art.1.º e seus parágrafos, do Decreto Legislativo n.º 215/83, de 30 de março de 1983, ficando conseqüentemente, sem efeito as opções para prestação de serviços em regime de tempo integral, oriundas daquele dispositivo legal.

Art.10.º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 19 de junho de 1985.

(aa) NILSO SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 201/84

Art. 1.º - Ficam revogados a Resolução n.º 71/80 e os Decretos Legislativos n.ºs 9/82, 481/83 e 482/83, de 21/12/80, 20/01/82 e 30/12/83, ficando, conseqüentemente extintos, na estrutura administrativa do Poder Legislativo, os seguintes empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho:

69 - empregos de Datilógrafo

116 - empregos de Auxiliar de Serviços Externos

3 - empregos de Atendente da Administração

6 - empregos de Técnico Senior

4 - empregos de Chefe de Gabinete de Liderança.

Art. 2.º - Ficam criados na estrutura administrativa da Assembléia Legislativa os seguintes cargos de provimento em comissão:

1 - Cargo de Diretor Geral Adjunto Símbolo DAS-2

1 - Cargo de Chefe de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência Símbolo DAS-4

1 - Cargo de Tesoureiro Adjunto DAS-4

5 - Cargos de Diretor Adjunto DAS-4

1 - Cargo de Chefe de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência DAS-5

1 - Cargo de Chefe de Gabinete da 3.ª Secretaria DAS-5

1 - Cargo de Chefe de Gabinete da 4.ª Secretaria DAS-5

1 - Cargo de Secretário de Comissão Executiva DAS-5

31 - Cargos de Coordenador Adjunto	DAS-5
4 - Cargos de Chefe de Gabinete de Liderança	DAS-5
6 - Cargos de Assessor Técnico	DAS 5
69 - Cargos de Datilógrafo	Símbolo 4C
116 - Cargos de Auxiliar de Serviços Externos	Símbolo 4C
8 - Cargos de Atendente da Administração	Símbolo 4C

Parágrafo único - Fica vedada, a partir da data da vigência desta Lei, a contratação de servidores pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, para pretares serviços nos Gabinetes Parlamentares dos Senhores Deputados.

Art. 3.º - Ficam revogados todos os dispositivos que restringem a livre escolha por parte da Comissão Executiva para o preenchimento dos cargos de provimento em comissão no âmbito do Poder Legislativo, ressalvados os requisitos estabelecidos por Lei federal que regulamentam o exercício da profissão.

Curitiba, quinta, em 20.06.85

Art. 4.º - Fica revogado o Art. 25 e seu parágrafo único da Lei n.º 7784, de 14/12/83, bem como a Resolução n.º 57/84, que regulamenta sua aplicação e de declarados sem efeito os atos da Comissão de Movimentação Funcional dela resultantes.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO, NELSON
VASCONCELLOS, ACIR MEZZADRI,
EDGARD PIMENTEL, ANTÔNIO BELINATI
CAÍTO QUINTANA, HOMERO OGUIDO,
GABRIEL MANOEL, IVAN GUBERT E
WERNER WANDERER

(Republicado por ter sido publicado com incorreção no D.A. n.º 55, de 12 de junho de 1985).